

Empresários e sindicalistas enfrentam-se na Câmara (*)

**E
D
I
T
O
R
I
A
L**

Surpresos com o avanço, na Câmara dos Deputados, da proposta de emenda constitucional (PEC) que reduz a jornada de trabalho semanal de 44 para 40 horas, sem redução salarial, e aumenta o valor da hora extra de 50% para 75% do custo normal, os empresários dividiram com as centrais sindicais, ontem, a lotação do plenário e das galerias da Casa. Vieram de todo o país cerca de 750 representantes do setor, segundo o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), deputado federal Armando Monteiro Neto (PTB-PE), para participar da Comissão Geral, uma audiência pública realizada no plenário da Câmara, para discutir o tema.

As centrais sindicais, por sua vez, levaram à Câmara aproximadamente 2 mil dirigentes, pelos cálculos do deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), presidente da Força Sindical.

"O clima é de fla-flu", definiu. Os empregadores que subiam à tribuna eram vaiados. O primeiro foi Armando Monteiro, que defendeu a discussão da jornada pela negociação setor a setor e não por lei.

A CNI esteve à frente da mobilização patronal. Na noite anterior, Monteiro Neto reuniu os presidentes de federações, confederações e demais entidades, para unificar o discurso. A manifestação do empresariado foi menos discreta do que ocorre habitualmente. Houve aplausos, vaias tímidas e um organizado coro nas galerias: quando os sindicalistas começavam a gritar "40 horas já", os empregadores atravessavam e gritavam "Não". Para os ouvintes, o resultado soava como "40 horas não".

Foi notada a ausência do presidente da Federação das Indústrias de São Paulo

(Fiesp), Paulo Skaf, cujo nome tem sido citado pré-candidato a governador. Em seu discurso, o presidente da CNI considerou "falácia" o argumento de que a redução da jornada de trabalho geraria mais emprego. Disse que o resultado poderá ser o inverso, já que haveria aumento de custo para as empresas, tornando seu produto menos competitivo para exportação e provocando aumento de preço e inflação.

Monteiro Neto lembrou que o momento é inoportuno para a discussão da redução da jornada, por causa da crise. , disse.

O presidente da Força Sindical rebateu os argumentos. "O que quebra empresa é excesso de imposto e não redução da jornada de trabalho", disse. Paulinho afirmou que, nas outras vezes em que houve redução da jornada, os empresários também alegaram que o país quebraria e o risco alegado não ocorreu.

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Artur Henrique Santos, questionou a posição defendida por Monteiro Neto.

"As centrais são as maiores defensoras de negociação. Mas por que, quando se discute a terceirização e a redução da contribuição previdenciária, vocês querem que seja por lei? Vamos aprovar a jornada de 40 horas na lei, e depois negociamos para 35 horas", propôs.

As centrais pressionam o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), a colocar a PEC em votação no início de setembro. A tática é aproveitar o período pré-eleitoral, deixando os deputados constrangidos, se votarem contra. "Cada deputado vai ter que escolher entre os que pagam a campanha e os que votam", afirmou Paulinho. A proposta, de autoria dos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Inácio Arruda (PCdoB-CE), foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça

"É muito fácil prometer o céu e o paraíso, mas nós sabemos que há aquilo que a realidade não sanciona, aquilo que efetivamente não corresponde ao mundo real, que não se compraz ao voluntarismo de alguns, que imaginam que podem decretar a felicidade geral por força de lei"

EDITORIAL

↳ Empresários e sindicalistas enfrentam-se na Câmara

■ Página 01 e 02

EVENTOS

■ Página 02

PEQUENAS NOTAS

■ Página 04

FIQUE SABENDO

↳ Milho terá menor área desde os anos 60

↳ Quem se enquadra no Pronaf tem prazos e taxas melhores

↳ Kátia Abreu: revisão de produtividade causa insegurança pública

■ Páginas 03 e 04

NOTICIA DA CNA

↳ CNA defende mecanismo para facilitar a formalização do produtor rural

■ Páginas 05

ESPAÇO DO AGROPACTO

↳ Encontro semanal do dia 25/08/09

■ Páginas 05 e 06

Informativo Semanal



Nº 563

Órgão de divulgação de assuntos de interesse do Setor Agropecuário e do Pacto de Cooperação da Agropecuária Cearense.

Coordenação e Elaboração: Gerardo Angelim de Albuquerque - Chefe de Gabinete da FAEC

Coordenador Geral do Agropacto: JOSÉ RAMOS TORRES DE MELO FILHO (Presidente da FAEC)

Membros do Comitê Consultivo: Setor Público

Antônio Bezerra Peixoto - SDA
Antonio Cleber Maurício de Alencar - BB
Evandro Vasconcelos Holanda Júnior - Embrapa Caprinos
Francisco Zuza de Oliveira - ADECE
João Hélio Torres D'Ávila - UFC
Lucas Antonio de Sousa Leite - Embrapa Agroindústria Tropical
José Alves Teixeira - BNB
Teresa Lenice Nogueira da Gama Mota - SECITECE

Setor Privado

Carlos Prado - IBRAF/NE
Cristiano Peixoto Maia - C.S. Camarão
Edgar Gadelha Pereira Filho - C.S. Camaúba
Euvaldo Bringel Olinda - Instituto Frutal
Francisco Férrer Bezerra - FIEC
Gilson Gondim - C.S. Flores
João Nicélio Alves Nogueira - OCEC
João Teixeira Júnior - UNIVALE
José Alberto Costa Bezerra Júnior - C.S. Leite
Luiz Prata Girão - BETÂNIA
Raimundo Reginaldo Braga Lobo - SEBRAE/CE
Tom Prado - C.S. Fruticultura

Secretária:

KAMYLLA COSTA DE ANDRADE

Editoração Digital:

GEOVANA COSTA

Taquigrafia:

IRLANA GURGEL

Patrocínio:

BANCO DO BRASIL S/A

CONSULTA

Para maiores esclarecimentos sobre as informações aqui divulgadas, favor comunicar-se com a **SECRETARIA EXECUTIVA DO PACTO DE COOPERAÇÃO DA AGROPECUÁRIA CEARENSE**.

Endereço: Rua Edite Braga, 50 - Jardim América - 60.425-100 Fortaleza - CE

Telefones: (0xx85) 3535-8006/3535-8017

Fax: (0xx85) 3535-8001

E-mail: agropacto@faec.org.br

Site: www.agropacto-ce.org.br

Continuação

(CCJ) e em comissão especial da Câmara, sem mobilização para derrubá-la.

“Fomos pegos de surpresa com o avanço da PEC. Discutir isso nesse momento (de crise) é perigoso”, afirmou o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Luiz Aubert Neto. Para o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Paulo Safady Simão, a redução da jornada vai interromper o bom momento do setor, com aumento de empregos e salário.

E uma consequência imediata será o aumento de 4,8% do custo direto das moradias do programa Minha Casa, Minha Vida. “A verba destinada ao programa deixará de financiar 48 mil unidades.” A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu (DEM-TO), criticou o que chamou de “economágica”: propostas “populistas” para redução de certos custos, que, na verdade, serão transferidos para outras contas. “Estamos no mesmo barco e precisamos achar soluções para que todos possam sair vencedores.” O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, sob aplausos, disse que o país está saindo da crise e defendeu a redução da jornada. “Não temos de discutir, neste processo, uma luta entre empresário e empregado, porque não é real, não é verdadeira.

Não podemos discutir sob o prisma de que isso signifique falência, demissão, prejuízo, porque não é o mundo real”, afirmou

(*) Raquel Ulhôa, do Jornal Valor OnLine

Eventos

Feiras: A Feira Internacional de Frutas e Derivados, Tecnologia de Processamento e Logística – FRUIT & LOG, que foi criada para ampliar as oportunidades de produção, logística, distribuição e negócios de toda a cadeia de frutas, legumes, verduras e seus derivados, realizar-se-á no período de 08 a 10.09.2009, em São Paulo-SP, no Expo Center Norte Pavilhão Amarelo. O evento, que é uma promoção do IBRAF – Instituto Brasileiro de Frutas, tem como principais objetivos: Contribuir com o aprimoramento da produção; Apresentar tecnologias de processamento de última geração; Oferecer serviços essenciais para o comércio, importação e exportação de produtos; Aperfeiçoar os mecanismos de transporte e gerar negócios diretos a produtores e processadores. Informações sobre a Feira: teledone (11) 2226-3100 e site www.fruitelog.com.br. Participe!

Simpósio: O Simpósio sobre Plantio Direto na Palha – SPDP será realizado entre os dias 09 e 11.09.09, no Rafain Palace Hotel – Centro de Convenções, em Foz do Iguaçu, no Paraná. Os benefícios agrônômicos da adoção do Plantio Direto na Palha são bastante conhecidos e difundidos. Essa é talvez a principal razão da rápida expansão da adoção desse manejo em substituição ao preparo convencional do solo para plantio. Dada a importância, frente aos aspectos ambientais, econômicos e sociais que a tecnologia do SP representa, este evento visa discutir e estimular o agricultor brasileiro e paraguaio a retomarem o uso das práticas básicas do SP. Com o tema “Qualidade Garantindo Sustentabilidade”, o Simpósio sobre Plantio Direto na Palha buscará a retomada do desenvolvimento do SP com qualidade. A programação é voltada a produtores, técnicos, pesquisadores, professores, ambientalistas, estudantes e demais interessados no tema. O Simpósio é uma promoção da Federação Brasileira de Plantio Direto na Palha – FEDRAPDP e a Federação Paraguaia de Plantio Direto para uma Agricultura Sustentável – FEPASIDIAS. Informações: site www.febrapdp@uol.com.br; e-mail febrapdp@uol.com.br e telefone (42) 3225-9094.

ALERTA AOS PRODUTORES RURAIS

O pagamento da contribuição sindical rural é obrigatório e, entre as passíveis sanções, está a cobrança judicial

FIQUE SABENDO !!! FIQUE SABENDO !!!

Milho terá menor área desde os anos 60

Produtores caminham para a soja, cuja área plantada pode subir para 22,8 mi de hectares; a de milho, porém, deverá recuar para 8,3 mi.

O Brasil vai plantar neste verão a menor área de milho desde a década de 1960. Essa redução na área destinada ao milho ocorrerá porque o produtor está caminhando perigosamente para a soja.

Perigosamente porque coloca uma pressão de produção muito grande na safrinha do próximo ano para o abastecimento interno. E a safrinha sempre é uma incógnita devido aos problemas climáticos, principalmente geadas, avalia André Pessôa, da Agroconsult.

Perigosamente, ainda, porque, se confirmada essa tendência, haverá grande oferta de soja e queda na de milho. Com esse cenário, a situação vai estar mais favorável para os produtores de milho do que para os de soja, diz Leonardo Sologuren, da Consultoria Céleres.

Os números confirmam as preocupações desses analistas. A área destinada à soja pode subir para 22,8 milhões de hectares, enquanto a de milho deverá recuar para 8,3 milhões.

Esses números ficam ainda mais preocupantes porque a Argentina, outro país importante na oferta mundial de grãos, deve elevar a área de soja para até 19 milhões de hectares e reduzir a de milho para apenas 2 milhões de hectares.

Os produtores brasileiros de soja têm notícias ruins também do mercado norte-americano, onde a produção deve subir para 87 milhões de toneladas.

Na soma total, os principais produtores de soja das Américas devem atingir 214 milhões de toneladas da oleaginosa na safra 2009/10.

Se confirmado, esse volume supera em 36 milhões o da safra anterior. Ou seja, o correspondente às importações da China, país que consegue influenciar os preços internacionais devido ao elevado volume de importações. Diante desse cenário, já há previsões para uma soja a apenas US\$ 6 por bushel – hoje o preço é de US\$ 10,80.

Sologuren diz que o produtor está olhando apenas para o momento atual, quando a soja é mais rentável que o milho. Este último tem altos estoques, exportações reduzidas e preços baixos. O mercado está sem liquidez. Olhando apenas para hoje, o produtor plantará soja.

Mercado nervoso - O Brasil tem um potencial de exportação de 8 milhões a 9 milhões de toneladas de milho no próximo ano. Se conseguir, os preços estarão aquecidos no segundo semestre de 2010, diz Sologuren.

Com essa queda na safra de verão, a safrinha, que está sempre sujeita a riscos maiores, tem obrigação de ir bem, acrescenta Pessôa. Se hoje os estoques estão folgados e os preços, baixos, daqui a um ano a situação pode estar mais complicada na oferta desse produto, segundo ele.

Mas se o clima for bom na safrinha do próximo ano e o país não conseguir exportar, o cenário para o milho, a exemplo do da soja, também poderá não ser satisfatório. São muitas as variantes, diz Sologuren.

Se a médio prazo a situação é incerta, a curto é pior ainda. Segundo Pessôa, os produtores de Mato Grosso deveriam ter um subsídio para sustentar os gastos com o frete. Mesmo com a ida de várias indústrias de carnes para a região, há uma sobra grande de milho que precisa sair rápido da região.

Citando dados do Imea (Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária), Pessôa diz que já são 520 mil toneladas de milho amontoadas ao ar livre. Isso torna o mercado nervoso e traz desânimo ao produtor, que acaba indo na mesma direção da maioria, sem uma avaliação correta do mercado, diz Sologuren.

Mas nem todas as previsões indicam para preços bons para o milho no próximo ano. Os Estados Unidos estão produzindo a segunda maior safra da história e terão 55 milhões de toneladas para exportação, o que pode inibir a presença brasileira no mercado externo.

Quem se enquadra no Pronaf tem prazos e taxas melhores

Para o Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010, o governo aumentou os limites de créditos em várias linhas de financiamento e manteve taxas de juros e prazos atrativos. A renda bruta anual admissível para participar do Pronaf mantém-se no valor básico de R\$ 110.000,00, podendo, com rebate de até 90%, chegar a R\$ 209.000,00, nos casos das atividades de avicultura e suinocultura integradas ou em parceria com a agroindústria.

Os sindicatos rurais estão autorizados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a emitir Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) para os agricultores enquadrados como de economia familiar.

No País, o Pronaf deve atender 4,1 milhões de famílias. Nesse ano agrícola o programa terá à disposição R\$ 15 bilhões, um aumento de 15% em relação aos recursos disponibilizados na safra passada. Os recursos atendem às linhas de custeio, investimento e comercialização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Rebates na renda bruta anual – a) 30% (trinta por cento), a renda bruta proveniente das seguintes atividades: gado de corte, milho, feijão, arroz, trigo e mandioca; b) 50% (cinquenta por cento), a renda bruta proveniente das seguintes atividades intensivas em capital: ovinocaprinocultura, piscicultura, sericicultura, fruticultura e a renda bruta proveniente da produção de café e de cana-de-açúcar; c) 70% (setenta por cento), a renda bruta proveniente das atividades de turismo rural, agroindústrias familiares, olericultura, floricultura, pecuária leiteira, avicultura não integrada e suinocultura não integrada; d) 90% (noventa por cento), a renda bruta proveniente das atividades de avicultura e suinocultura integradas ou em parceria com a agroindústria

PRODUTOR RURAL: Pague a Contribuição Sindical em benefício da manutenção do Sistema Sindical Rural

FIQUE SABENDO !!! FIQUE SABENDO !!!

Kátia Abreu: revisão de produtividade causa insegurança jurídica

A Organização Mundial de Meteorologia (OMM) alerta que o fenômeno El Niño poderá reaparecer neste segundo semestre, e o mercado financeiro já avalia o impacto sobre as culturas agrícolas e a cotação das *commodities*. Para o banco francês Natixis, os produtos agrícolas com mais risco de serem afetados pelo fenômeno climático são o açúcar, o óleo de palma e o cacau, elevando seus preços no mercado internacional.

O El Niño provoca inundações na América do Sul, seca no sul da Ásia e na Austrália. A OMM diz que, como o fenômeno produz-se a cada quatro ou cinco anos, há mais de 50% de chances de que se manifeste nos próximos meses.

De acordo com o Natixis, o El Niño pode ter impacto determinante, em primeiro lugar, na cotação de açúcar, que já teve os preços elevados em 33% este ano. Na colheita de 1997/98, o déficit de 400 mil toneladas na produção da Índia, provocado pelo fenômeno climático, fora compensado por um ligeiro excedente mundial e alta da produção de açúcar no Brasil.


A situação agora é mais grave: juntando o déficit na produção de 4,2 milhões de toneladas em 2009/2010, o preço do produto pode aumentar ainda mais se os canaviais indianos forem severamente afetados. Analistas notam que isso é possível, porque o país registra fracas chuvas e conhece sua pior monção em 80 anos.


O óleo de palma já tem uma situação apertada no lado da oferta. A Indonésia, maior produtor com 45% da produção global, e grande consumidor de açúcar e arroz, enfrenta clima seco. A produção de cacau aumentou pouco, o estoque é baixo e o reaparecimento de El Niño pode provocar forte alta da cotação.


A produção indonésia de cacau para 2009/2010 também poderá ser afetada duramente pelo fenômeno climático.


O País é o terceiro produtor mundial, atrás da Costa do Marfim e de Gana. O mercado já incorporou o fator El Niño no preço, e os preços futuros ganharam 16% entre metade de junho e de julho, alcançando 1.824 libras esterlinas por tonelada, segundo o banco francês

pequenas NOTAS

 **Aumento de 11% no faturamento com exportação de carnes:** As expectativas de recuperação das exportações de carne bovina em agosto podem concretizar-se, informa a Scot Consultoria. Os números prévios do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) indicam que nas três primeiras semanas de agosto, o faturamento diário com as exportações de carnes ficou 11% acima do faturamento médio diário de julho. Os dados prévios incluem as exportações de todos os tipos de carnes (bovina, suína e frango) e não há como distinguir, por enquanto, o resultado de um setor para outro.

 **O “aperto” dos EUA na soja preocupa governo:** A China voltou a pressionar o mercado exportador de soja (demanda por 38,1 milhões de toneladas/ano safra; UE (União Europeia, 12,4 milhões de toneladas de grão; e 22,45 milhões de toneladas de farelo) e, pelo relatório do USDA (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos), os Estados Unidos já sofrem esse efeito: estoques finais, em julho, inferiores em um milhão de toneladas, com 5,72 milhões de toneladas. Isto, observa o USDA, cria uma situação interna clara de “aperto”. Os Estados Unidos destinarão 34,4 milhões t para exportação e 45,4 milhões t para as esmagadoras. No mundo, a safra da soja, projeta o USDA, será de 210,62 milhões t (Brasil, 57 milhões t, e Argentina, 32 milhões t) e estoques de 41 milhões t. Mas o “aperto” para o EUA veio com o frio de julho, que provocou queda de produtividade das lavouras (quase 100% com plantio de sementes “transgênicas”): de 4,47 t/hectare para 46,1 t/ha. No Brasil, o “aperto” nos EUA teve leitura mais alarmista.

 **Ministério da Agricultura libera R\$ 1,5 bi para agricultura:** O Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, confirmou a liberação de R\$ 1,5 bilhão para operações de comercialização da safrinha do milho e de outros produtos como algodão, trigo, arroz, feijão e café. Dentre as medidas anunciadas, Stephanes lembrou que o café também está com excesso de produção e o governo deve retirar do mercado até 5 milhões de sacas, ainda este ano. Em 2010, a previsão é de serem adquiridas mais 5 milhões de sacas. Em relação ao milho, o governo federal pretende adquirir 3 milhões de toneladas e já iniciou os preparativos legais para a realização do leilão, por meio da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento). Stephanes lembrou que a safrinha de milho surpreendeu os produtores, principalmente em Mato Grosso. “O excedente da produção está sendo armazenado a céu aberto”, explicou. Segundo ele, a intenção do governo é transferir o produto para as áreas consumidoras, após a aquisição

 **Brasil registra primeiro caso de desapropriação de terras por crime ambiental:** A União desapropriou no último dia 20 de agosto, pela primeira vez na história do país, uma fazenda por crime ambiental. A medida está prevista na Constituição Federal de 1988. A desapropriação da Fazenda Nova Alegria, localizada no município de Felisburgo, MG, região do Vale do Jequitinhonha, foi assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e publicada na edição de hoje do Diário Oficial da União. A medida atende a uma reivindicação do MST. “Nunca conseguimos desapropriar nenhuma área por consequência da prática de crime ambiental pelos proprietários. Esta é a primeira vez que isso acontece”, afirma o superintendente do Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - em Minas Gerais, Gilson de Souza. Segundo ele, 90% dos imóveis que estão na fase de vistoria ou aquisição pelo Incra em Minas Gerais têm problemas ambientais.

CNA defende mecanismo para facilitar a formalização do produtor rural

A criação de um regime tributário próprio do produtor rural foi tema de reunião realizada nesta quinta-feira, 20 de agosto, entre a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, e o ministro da Fazenda, Guido Mantega. A ideia é criar pelo menos quatro perfis diferentes de enquadramento dos produtores como Pessoas Jurídicas (PJ): produtor familiar, empresa individual, cooperativa de produção e empresa agropecuária. “Não dá para ser uma Pessoa Jurídica única para o Brasil rural. Precisamos de outros formatos, no mínimo quatro, para que o produtor possa enquadrar-se com facilidade e possa ter sintonia com a sua realidade.”, afirmou Kátia Abreu, ao final da reunião.

A ideia é utilizar uma lógica semelhante ao que foi colocado em prática com a criação da figura do Micro Empreendedor Individual (MEI), que atende trabalhadores informais urbanos. Desde julho deste ano, autônomos podem obter registro como Pessoa Jurídica e assim passam a ter como vantagens inscrição na Previdência Social e comprovante de renda, recolhendo menos que R\$ 60 por mês. Ou seja, o microempreendedor urbano tem um tratamento tributário diferenciado do que é aplicado aos grandes empresários. A proposta da CNA é adotar mecanismo semelhante também na área rural, permitindo a “pejotização” ampla no setor rural.

A proposta foi bem recebida pela equipe do Ministério da Fazenda. Segundo a presidente da CNA, o ministro determinou que a Receita simulasse os modelos a serem aplicados aos diferentes perfis de produtores e seus impactos sobre a arrecadação. “Assim será possível atender todo o agronegócio, que tem cinco milhões de produtores rurais e com categorias diferentes de faturamento, de produção”, disse a senadora. Kátia Abreu destacou a importância da participação do novo secretário da Receita Federal, Otacílio Cartaxo, na reunião com o ministro Mantega.

A classificação dos diferentes perfis de produtores rurais a enquadramentos tributários próprios foi apenas um dos mecanismos defendidos pela presidente da CNA ao ministro Mantega. Outra ideia apresentada foi a de desonerar a cadeia de alimentos, mas sem gerar perda de arrecadação à Receita. “Não temos nenhum interesse de que o Tesouro possa perder alguma coisa”, afirmou a senadora. “Queremos transformar-nos em PJ, queremos ir para a transparência jurídica, queremos ir para a formalização, mas por muitas das vezes somos impedidos por conta de uma alta carga tributária que é paga pelos empresários, pela agroindústria, que nos compra os produtos e muitas vezes nos impõe uma sonegação”, citou a senadora. Kátia Abreu citou como exemplo a experiência do Estado de Goiás com outros Estados vizinhos, que reduziram o ICMS de 17% para 7%. “E sem perder um só centavo na receita”, destacou a presidente da CNA.

ESPAÇO DO PACTO ESPAÇO DO PACTO ESPAÇO DO PACTO

Resumo da reunião de 25 de agosto de 2009

Tema: Problemas Estruturais que Dificultam as Atividades Agrícolas no País

Palestrante: Luiz Borges Júnior, Presidente do Conselho do Instituto Brasileiro de Frutas – IBRAF, representante do Instituto na Câmara Setorial de Fruticultura do MAPA

O Coordenador, Flávio Viriato de Saboya Neto abriu a reunião dando as boas-vindas a todos e passou a palavra ao palestrante, Sr. Luiz Borges Júnior, que agradeceu a oportunidade de estar no Ceará mais uma vez. Fez um breve relato acerca do motivo pelo qual o Brasil estava sofrendo pressões internacionais, como por exemplo, suspensão da venda de mel e a existência de barreiras técnicas para atingir mercados internacionais, desde o GAT, a criação da Organização Mundial de Comércio – OMC e a obrigação da lei de segurança alimentar, segurança ambiental, etc. Disse que o Brasil estava defasado em torno da segurança de alimentos, só cumprindo 40% das metas assumidas com a União Europeia e que, em 2002, foram alertados pelo comissário de segurança alimentar de que isso dificultaria o acesso ao mercado, assim como, em 2004 e 2006, novamente, como resultado a fiscalização do mel, da maçã e do mamão,

com a exigência da análise oficial de resíduos, e que retornarão, em 2010, para conferir a análise e para vistoriar melão e manga. Seguiu falando da importância de outros itens, como embalagem, transporte, acondicionamento, etc., pois existia uma estatística em que de 110 mil problemas de saúde ligadas ao sistema digestivo, 82% tinha como causa as contaminações microbiológicas. Destacou que padronização era outro item importante e não existiam normas de classificação no Brasil (mercado justo), assim como a legislação (sobre as centrais de abastecimento, embalagens, rastreabilidade, agrotóxicos, etc.). Ressaltou que a sociedade dos dias atuais exige a segurança alimentar e que no Brasil as mudanças de legislação nesse sentido sempre foram exigidas por outros países. Prosseguiu dizendo que a produção brasileira era desorganizada, mas que, depois da legislação de segurança alimentar, o

produto teria que ser embalado, o embalador teria que ter registro no Ministério da Agricultura, manter cadernos de classificação nos estabelecimentos, e que o controle seria baseado num número de registro, que também deveria ser disponibilizado na Internet. Ressaltou, ainda, que a Legislação Brasileira havia sido feita por ecologistas, uma lei política pós-ditadura, em 1985 e que se pensara apenas no item meio ambiente. Falou ainda na dificuldade de registro de produtos no Brasil, chegando a demorar cinco anos para ser efetivado, e que hoje se resumiam à laranja, ao tomate, à banana, à batata, à maçã e ao melão. Destacou a importância da legislação para as centrais de abastecimento (que saíam até o final do ano), cujas diretorias eram atualmente indicações políticas, mas que seriam responsáveis pela cobrança da lei. Sobre câmara setorial, disse que era uma forma muito interessante, desde que fosse bem utilizada no sentido de cobranças efetivas. Sobre lei ambiental, disse que: se fosse aprovada da forma como estava, iria sobrar para a agricultura brasileira 22,7% do território nacional; que as terras indígenas representavam o tamanho de dois Estados de São Paulo; que toda região serrana de SC e RS teria que fechar, não poderiam produzir nada. Enfatizou que precisariam observar as especificidades de cada Estado e citou vários exemplos de especificidades do Estado de SC e as providências que estavam sendo tomadas no sentido de fazer a lei ambiental estadual, como garantia a Constituição Federal, assim como a movimentação na Câmara Federal e Senado. Finalizou dizendo que cada Estado teria que processar a sua própria organização no mesmo sentido, para que não fossem atropelados pela lei ambiental que estava para ser aprovada no Congresso Nacional.

Debates

O Coordenador abriu os debates, em primeiro lugar com a palavra, a Sra. Rosália Aguiar, falando, entre outras coisas, sobre a influência de *el niño* e *la niña* no clima e sobre o problema da estrutura fundiária que existia no Estado do Ceará e a necessidade de regulamentação e perguntando sobre a OMC, se a área de castanha iria entrar na questão. O Sr. José Trajano fez observações sobre a estruturação do Governo Federal com o MST, segundo editorial do jornal Estado de SP (que entregou ao palestrante), e que a lei ambiental seria dali para pior por questões políticas. O Sr. Erildo Pontes perguntou como se encontram os avanços sobre o sistema atual de produção integrada nacional e sobre a aceitação no Global GAP. O palestrante respondeu: que o pensamento dominante do empresariado agrícola sobre a Amazônia é fazer com que seja o que foi na época do descobrimento; concordou que quem mandava no clima do mundo era o mar e que deveriam ser cuidados também; que o MST está dando pulos para sobreviver, mas que a resposta que deveria ser dada era em torno da organização estadual para fazer legislação ambiental estadual; que saíram na frente da Europa no sentido

das produções integradas e enquanto eles não fizerem legislação nesse sentido, eles aceitariam tudo, inclusive o Global GAP, assim como a Ásia. O Sr. Antonio Bezerra Peixoto, no segundo bloco, fez diversas considerações, entre as quais, a necessidade de meios para melhorar, capacitar e organizar a pequena produção e agricultura familiar e perguntou se a pequena produção participava do IBRAF. O Sr. Francisco Zuza falou sobre a importância das empresas integradoras, pois aumentavam o valor agregado, principalmente para os pequenos, que se organizem e façam mais negócios; sugeriu que o Agropacto se articulasse com a Assembleia Legislativa no sentido de marcar uma Audiência Pública em Plenário, com o Deputado Colatto e com o palestrante, para discussões em torno da lei ambiental estadual. O Sr. Tom Prado disse que o objetivo da palestra havia sido atingido, agradeceu ao palestrante por ter aceito o convite e destacou os pontos principais de interesse dos pequenos e médios produtores: segurança alimentar, embalagens, lei ambiental, agrotóxicos, etc. fez também algumas perguntas. O palestrante respondeu: que para qualquer setor ir para a frente, tem que se organizar e que o governo tinham que achar um mecanismo de tornar o associativismo obrigatório; que no IBRAF não podiam trabalhar com pequeno produtor diretamente, que só aceitavam cooperativas; que foram mudados parâmetros para aceitação de fungicidas e outros, no sentido de repelir os inimigos naturais. O Coordenador Flávio Saboya falou sobre as centrais de abastecimento, que participou na época da implantação da COBAL, que tinham que fazer até mesmo curso na Espanha e que recentemente o Ministério da Agricultura se envolveu na questão dos alimentos seguros e a Presidente da CNA determinou que o Senar abraçasse a causa também. O palestrante disse que se não preparassem o produtor, não teriam sucesso em nada e que aproveitam todo recurso de Funrural em programas anuais de treinamento. O Coordenador esclareceu que a contribuição do INSS de 2,5% era obrigatória e que desse valor, 0,25% poderia ser usado para dar suporte aos treinamentos do Senar e se não fosse feito o repasse, iria para o INSS. Agradeceu a presença de todos e nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a reunião.

